

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE: ENFERMAGEM - CEFPEPE – PÓLO DE
TEÓFILO OTONI**

**PERFIL DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA CIDADE DE ALMENARA-MG**

DÉBORA OLIVEIRA PRATES

TEÓFILO OTONI

2011

DÉBORA OLIVEIRA PRATES

**PERFIL DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA CIDADE DE ALMENARA-MG**

Trabalho elaborado como requisito à obtenção do Título de Especialista em Formação Pedagógica em Educação Profissional na área de Saúde Enfermagem - CEFPEPE. Sob orientação da docente Tânia Maria Picardi Faria Costa.

TEÓFILO OTONI

2011

DÉBORA OLIVEIRA PRATES


**PERFIL DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA CIDADE DE ALMENARA-MG**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem – CEFPEPE, da Universidade Federal de Minas Gerais. Polo Teófilo Otoni.

BANCA EXAMINADORA:



Prof^a Tânia Maria Picardi Faria Costa
(Orientadora)



Prof^a Dr^a Elizabeth Mendes das Graças

Data de aprovação: 18/05/2012

TEÓFILO OTONI

2012

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas são especiais, pois fazem parte das nossas vidas a todos os momentos, os de alegria, os de tristeza, os de pura irritação e aquelas onde nada de especial está para acontecer, mas quando estamos sozinhos nos lembramos delas. Graças a Deus essas pessoas são muitas e não caberiam em um pedaço de papel, mas na minha memória todos vocês estão citados. A todos aqueles que acreditaram e me apoiaram, fica aqui registrado o meu sincero agradecimento.

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais (Marta e Milton), irmãos (Lázaro e Daniella) e a Taia que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao meu noivo Jean, por todo o companheirismo, motivação, compreensão e incentivo para que este trabalho se tornasse possível.

À professora Tânia, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

À professora Cinara, pelo apoio e compreensão.

À colega e amiga Francislane pelo apoio constante.

Aos amigos Eliseu e Márcio pela contribuição e incentivo.

A todos os meus amigos que vibraram comigo por essa conquista.

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considere a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente”.*

Carlos Drummond de Andrade – Mãos Dadas

RESUMO

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório de abordagem quantitativa que teve com objetivo caracterizar o perfil dos docentes de uma Escola Técnica do curso de Enfermagem da cidade de Almenara/MG. A população constituiu-se de 07 docentes da instituição em questão, sendo a amostra composta por 05 docentes que aceitaram participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre esclarecido. A coleta de dados foi realizada pela própria autora e o instrumento utilizado foi questionário semi-estruturado composto por questões abertas e fechadas. O estudo em questão faz parte do projeto “Análise da implementação do Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem – CEFPEPE, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB/MEC/UFMG”. Os resultados mostraram que os docentes do curso técnico de enfermagem da cidade de Almenara/MG são em sua maioria enfermeiros, do sexo feminino, adultos jovens, com filhos e formados em instituições privadas entre 2006-2009. Nenhum entrevistado possui especialização na área da educação, o que pode contribuir negativamente para o processo ensino aprendizagem. Esse estudo aponta para que os docentes do curso Técnico de Enfermagem busquem a qualificação profissional na área pedagógica no sentido de não só potencializar os conhecimentos científicos adquiridos no curso de Enfermagem aos conhecimentos da área de formação pedagógica, mas, no sentido de se prepararem pedagogicamente para atuar conforme preconiza as diretrizes atuais da educação, investindo na melhoria da qualificação dos discentes do curso Técnico em Enfermagem.

Palavras Chave: Perfil dos docentes, formação profissional, educação.

ABSTRACT

It is a descriptive, exploratory study with a quantitative approach that aimed to characterize the profile of teachers of Technical School of Nursing course from the city of Almenara / MG. A population consisted of 07 faculty members of the institution in question, and a sample of 05 teachers who agreed to participate and sign the term of free informed consent. Data collection was conducted by the author and the instrument used was semi-structured questionnaire with open and closed questions. The study in question is part of the project "Analysis of the implementation of the Specialization Course in Pedagogical Training in Professional Education in Health Area: Nursing - CEFPEPE in the eight poles that make up the system UAB / MEC / UFMG". The results showed that Technical nursing course in the city of Almenara / MG teachers are mostly nurses, female, young adults, children and trained in private institutions between 2006-2009. Nenhum respondent has expertise in education, which can contribute negatively to the learning process. This study indicates that teachers of Practical Nursing course seek professional skills in the pedagogical area in order to not only enhance the scientific knowledge acquired in the nursing course to the knowledge of the teacher training area, but in order to prepare pedagogically to act as recommended by the current guidelines of education, investing in improving the skills of students of the Technical Course in Nursing.

Keywords: Profile of teachers, vocational training, education.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Distribuição do Percentual de docentes respondentes segundo religiosidade. Almenara, 2011.....	30
GRÁFICO 2 Distribuição do Percentual de docentes respondentes segundo Estado civil. Almenara, 2011.....	31
GRÁFICO 3 Distribuição do Percentual de docentes, segundo número de filhos. Almenara, 2011.....	32
GRÁFICO 4 Distribuição do Percentual de docentes, segundo a graduação Almenara, 2011.....	36
GRÁFICO 5 Distribuição dos docentes segundo renda mensal em reais . Almenara, 2011.....	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição do percentual de docentes do Curso Técnico de Enfermagem, segundo a idade.....	32
TABELA 2 Relação dos Bens e Recursos dos docentes do Curso Técnico de Enfermagem de Almenara, 2011.....	33
TABELA 3 Distribuição do Percentual de docentes segundo o nível de Escolaridade. Almenara, 2011.....	34
TABELA 4 Distribuição do Percentual de docentes segundo o ano de formatura. Almenara, 2011.	34
TABELA 5 Distribuição do Percentual de docentes segundo realização de cursos de Pós-Graduação. Almenara, 2011.....	37
TABELA 6 Distribuição do Percentual de docentes segundo jornada de trabalho semanal. Almenara, 2011.....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Objetivo Geral.....	14
2. REVISÃO TEÓRICA.....	15
2.1 O processo histórico do Ensino da Enfermagem no Brasil.....	15
2.1.1 O ensino da Enfermagem após aprovação da primeira LDB.....	20
2.1.2 O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem -PROFAE) e o Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE).	22
2.1.3 Educação e Enfermagem - o enfermeiro enquanto docente de curso técnico de enfermagem.....	23
3. MÉTODO.....	27
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO A.....	47
ANEXO B.....	50

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional dos trabalhadores de nível técnico em enfermagem tem sido objeto de várias iniciativas assumidas pelo Estado de Minas Gerais. Muitos Programas e Projetos têm sido implantados com a finalidade de capacitar esses profissionais para prestar uma assistência à saúde sem riscos.

O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE foi um destes programas que gerou um aumento na demanda de enfermeiros docentes. Para capacitar esses enfermeiros pedagogicamente, foi criado em 2008, o Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE), que teve como objetivo capacitar enfermeiros, para uma prática reflexiva, que superasse as concepções tradicionais de ensino e contribuísse para a formação de indivíduos autônomos, críticos e com responsabilidade social (BRASIL, 2002). O curso foi implantado e desenvolvido no ano de 2008, durante 18 meses, em oito cidades Pólos de Minas Gerais. E, na intenção de avaliar a implantação do referido curso na modalidade de Educação a Distância (EAD), foi elaborado pela equipe coordenadora do CEFPEPE-MG, um projeto intitulado “*Análise da Implementação do CEFPEPE, ofertado em 2008, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB/MEC – UFMG*”. Para o alcance dos objetivos do projeto foi necessária a realização de 5 estudos intitulados: Percepção dos alunos do curso CEFPEPE; Perfil dos alunos do CEFPEPE; Perfil dos Tutores do CEFPEPE; Perfil dos alunos do curso Técnico de Enfermagem; Perfil dos Professores do Curso Técnico de Enfermagem.

Esses estudos foram desenvolvidos, ao término da primeira turma do CEFPEPE, em cada cidade pólo. Os resultados obtidos nos referidos estudos trouxeram contribuições substanciais para a reorganização e reoferta do curso nos pólos. E, assim, ao término da segunda turma do CEFPEPE, a coordenação optou em desenvolver os mesmos estudos na intenção de estar melhorando e adequando o curso às necessidades da clientela da região.

Como discente do curso CEFPEPE, e futura docente do curso Técnico de Enfermagem tive o interesse em conhecer o Perfil dos Professores do Curso Técnico de Enfermagem da cidade de Almenara-MG.

Conhecendo o papel do docente na relação ensino-aprendizagem, sabendo da sua importância para a formação profissional, surgiu uma inquietação em saber quem são e quais as características dos docentes que estão atuando no Curso Técnico de Enfermagem de uma Escola Técnica da cidade de Almenara-MG, onde resido atualmente.

Considerando Teófilo Otoni como um dos pólos de apoio do CEFPEPE, cujo município está inserido na macrorregião Jequitinhonha/Mucuri, evidencia-se a importância de conhecer o perfil destes docentes que estão atuando na educação profissional da enfermagem na cidade de Almenara/MG, isto poderá traçar o perfil dos futuros alunos, além de contribuir para adequação das práticas pedagógicas do referido curso.

1.1 OBJETIVO GERAL

Traçar o perfil do docente que atua do Curso Técnico de Enfermagem de uma Escola Técnica da cidade de Almenara-MG.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DO ENSINO DA ENFERMAGEM NO BRASIL

Historicamente, a Enfermagem no Brasil era exercida por irmãs de caridade e pessoas leigas como recrutados, ex-pacientes e serventes dos hospitais, quase que exclusivamente de maneira empírica para atender as exigências das rotinas das Santas Casas de Misericórdia espalhadas pelo Brasil (SILVA, 1986 apud ALMEIDA e ROCHA, 1986). Para exercer a enfermagem nesse período, não se exigia qualquer nível de escolarização dos profissionais e nem requisitos específicos para o exercício das funções de enfermeiro.

A enfermagem tinha um caráter essencialmente prático, exercida com bases totalmente empíricas. Essa característica da Enfermagem perdurou desde a colonização, até o início do século XX (GERMANO, 1993; FERNANDES, 1975).

O ensino de Enfermagem no Brasil teve início em 1890, com a promulgação do Decreto n.791 que tinha como objetivo preparar enfermeiros e enfermeiras para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares (BRASIL, 1942).

..

A criação das escolas de Enfermagem no nosso país só ocorreu na virada deste século e teve impulso depois de 1923. A criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro foi a primeira iniciativa oficial no que diz respeito ao estabelecimento da Enfermagem profissional no Brasil, que seguia mais o sistema francês que o Sistema Nightingale, predominante em todos os países de língua inglesa (CARVALHO, 1972; GUSSI, 1987).

A Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira foi criada em 1916 para treinar socorristas voluntários, após sua criação, em 1920 criaram também o curso de visitadoras sanitárias (PAIVA et al, 1999). Em 1921, chegou ao Rio de Janeiro um grupo de enfermeiras visitadoras que iniciou um curso intensivo para visitadoras sanitárias. A iniciativa foi de Carlos Chagas, na época diretor do

Departamento, e contaram com o apoio da Fundação Rockefeller. Após a fundação da escola Ana Néri, o Departamento Nacional de Saúde Pública contratou as primeiras alunas. Teve início então, um trabalho de educação sanitária nos setores de profilaxia da tuberculose e higiene infantil que foi estendido depois, à higiene pré-natal e visitação aos portadores de doenças transmissíveis (COREN-SP, 2005).

Pode-se considerar que a Enfermagem Moderna foi introduzida no Brasil em 1923, no Rio de Janeiro, mediante a organização do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), então dirigida por Carlos Chagas e posteriormente denominada Escola Ana Nery (ITO, 2006).

O funcionamento da Escola supracitada foi regulamentado pelo Decreto nº 16300/23 que aprovava o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, e que determinava o currículo da Escola (BRASIL, 1974).

O curso de enfermagem da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública possuía as seguintes características:

- *Duração de dois anos e quatro meses, divididos em cinco fases, a última das quais reservada para a especialização Enfermagem clínica, Enfermagem de saúde pública;*
- *Exigência de diploma de Escola Normal como requisito de entrada facilitando, porém, a admissão dos candidatos que, na falta desse diploma, provassem capacitação para o curso;*
- *Os quatro primeiros meses correspondiam ao período probatório das escolas norte-americanas, sendo essencialmente teórico;*
- *A prestação de oito horas diárias de serviços ao hospital era obrigatória, com direito a residência, pequena remuneração mensal e duas meias folgas por semana.(Carvalho, 1972)*

O ensino da enfermagem tinha como objetivo formar profissionais capacitados que visassem o saneamento urbano, pois as endemias ameaçavam à continuidade do comércio internacional. Essas grandes endemias e epidemias colocavam o Brasil em risco no que concerne ao desenvolvimento do comércio internacional, obrigando o Estado Brasileiro a instituir políticas de saúde voltadas para o controle das

mesmas, mas as ações coletivas propostas ficavam inviabilizadas devido a falta de equipamentos e mão de obra qualificada (SILVA, 1986).

Considera-se, entretanto, que a prática e o ensino de enfermagem no Brasil sempre foram influenciados pelo contexto sociopolítico econômico do País. A enfermagem científica brasileira surgiu sob a égide da Saúde Pública no sentido de controlar as grandes endemias da época. Essas endemias passaram a representar um obstáculo para o comércio, fazendo com que as ações governamentais na área da saúde se voltassem para a saúde pública, sendo necessários a reformulação dos serviços de saúde e um novo perfil de profissional de enfermagem (GERMANO, 1993)

Após a industrialização e a necessidade de garantir a produtividade dos operários, a enfermagem foi para dentro dos hospitais prestar uma assistência curativa. Com a criação dos grandes hospitais, a existência de grande número de leitos e o pequeno número de enfermeiras foi necessária à divisão do trabalho na enfermagem que veio para organizar os serviços de enfermagem, ficando as ações administrativas e de educação com as enfermeiras e o cuidado direto do paciente e as ações assistenciais para o pessoal auxiliar. Para desempenhar melhor função, esses profissionais receberam treinamento específico para a área hospitalar. Então em 1931, o presidente Getúlio Vargas regulamentou, pela primeira vez, o exercício da enfermagem no Brasil através do Decreto nº 20.109. A prática de enfermagem no Brasil foi regulamentada por este decreto, que fixou também condições para que as escolas de enfermagem se assemelhassem à Escola Ana Neri, que foi estabelecida como escola oficial padrão para o ensino de enfermagem. (BRASIL, 2002).

A partir de 1930, houve um crescimento da produção de serviços privados e aceleração do desenvolvimento urbano devido a ampliação do sistema previdenciário, que favoreceram a assistência hospitalar curativa em detrimento da Saúde Pública, que gerou um aumento da oferta de trabalho às enfermeiras no âmbito hospitalar (COSTA; GERMANO, 2007).

Essa situação levou à necessidade de formação específica de pessoal para o exercício da enfermagem. Surgiram os hospitais escolas para servir de campo de prática dos alunos de medicina, o que possibilitou a aprendizagem de outras

categorias da saúde. Tais hospitais incorporaram modernas tecnologias no tratamento ao doente, tomando características de uma organização complexa, necessitando de número maior de pessoal auxiliar, treinado para o cuidado direto, uma vez que as enfermeiras eram solicitadas para as atividades administrativas. Houve o estímulo da criação de cursos de auxiliares de enfermagem e a organização de programas de treinamento em serviço (OLIVEIRA, 1979; ABEn, 1985).

O primeiro curso para auxiliares de enfermagem foi criado em 1936, na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, atual Escola de Enfermagem da UFMG, em Belo Horizonte (BRASIL, 2002).

A reorganização da Escola Profissional de Enfermeiros ocorreu em 1942, mais tarde essa passou a se chamar Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, que tinha como objetivo preparar enfermeiros auxiliares para os serviços sanitários e assistenciais. A regulamentação desta escola foi através da do Decreto-Lei nº 10472/42 de 1974 que aprovou e estabeleceu que o curso de enfermeiros - auxiliares deveria ser feito em seis períodos, com a duração total de 18 meses, tendo como disciplinas, apenas as necessárias ao exercício da profissão e enfocavam o aprendizado das técnicas de enfermagem (BRASIL, 1974).

Em 1945 foi criada a Divisão de Ensino de Enfermagem, designada posteriormente de Divisão de Educação, que tinha como objetivos organizar o ensino quanto ao currículo teórico mínimo e a duração dos estágios para a formação da enfermeira, bem como estabelecer normas para a formação de auxiliares de enfermagem (CARVALHO,1976).

O processo de redemocratização no país ocorreu após 1946, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. O Brasil ganhou uma nova Constituição e coube à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, contrapondo-se a Constituição anterior, de 1937, que fazia concessões à iniciativa privada, quanto à liberdade de ensino (BAPTISTA; BARREIRA, 1997).

As escolas de enfermagem passaram a ser reguladas pelo então Ministério da Educação e Saúde em 1949, através da Lei nº 775 (BRASIL, 1974), que dispôs sobre o ensino de enfermagem no País e estabeleceu que este deveria estar compreendido em dois cursos ordinários: o de enfermagem e o de auxiliar de enfermagem. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 27426/49, que aprovou as bases para os dois cursos de enfermagem. Segundo este decreto, o curso de auxiliar tinha como objetivo o treinamento de pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa e dispôs sobre a obrigatoriedade dos alunos realizarem estágios em hospitais gerais, e fazerem rodízios nas enfermarias de clínica médica, clínica cirúrgica, sala de operações e central de material, berçário e cozinha geral. O curso era de 18 meses, e o aluno era obrigado a cumprir 44 horas de atividades escolares semanais, incluindo os estágios. Foi estabelecido que o ensino de enfermagem auxiliar só podia ser ministrado por enfermeiros.

Nos primeiros anos da década de 50, foram criados 37 novos cursos de auxiliares de enfermagem, refletindo um esforço concentrado de entidades de direito privado, que incluíam entre seus objetivos a manutenção de hospitais. Assim, tanto em educação quanto em saúde, o poder público se omite e, em ambos os campos, o que predomina é a iniciativa privada (BRASIL, 2002).

Para Alcântara, 1966,

...a Lei nº 2604/55, estabeleceu que poderiam exercer a enfermagem no país, no que se refere aos profissionais de nível médio, os auxiliares de enfermagem e os práticos de enfermagem ou enfermeiros práticos, desde que sob a supervisão de enfermeiros ou médicos. As atribuições para estes profissionais eram todas as atividades da profissão, excluídas as de competência exclusiva dos enfermeiros (direção de serviços de enfermagem nos estabelecimentos hospitalares e de saúde pública; participação do ensino e direção de escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem; participação em bancas examinadoras de práticos de enfermagem). Tal legislação não correspondia à realidade daquele momento, devido à carência de enfermeiros e às necessidades de mão de obra de enfermagem.

2.1.1 O ensino da enfermagem após aprovação da primeira LDB

Em 20 de dezembro de 1961, após anos de tramitação, foi aprovada primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61), que refletia todas essas contradições existentes na época. Com a promulgação dessa lei em 1962, que definiu a educação nacional em três níveis de ensino primário, médio e superior, a formação de técnicos passou a ser prioridade no País.

(...) essa lei teve papel decisivo na criação deste curso, que se configurava então como curso técnico de enfermagem de nível médio, de três anos que daria aos formados o título de assistente de enfermagem, mudando mais tarde para técnico de enfermagem. O curso de auxiliar de enfermagem estava na faixa do ciclo ginasial que compreendia ensino de grau médio com quatro séries de estudo e o de técnico na faixa do colegial, com três séries de estudo. Em suma, a lei determinou a necessidade de mudanças nas estruturas dos cursos de enfermagem, abriu novas perspectivas para a educação da enfermagem, porém não houve um avanço imediato do ensino nesta área, pela carência de pessoal e condições sócio-econômicas e culturais de muitas regiões brasileiras. (Ange, 1959)

Com o advento da Lei Nº 5.692/1971 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, o curso Técnico em Enfermagem e o Auxiliar de Enfermagem passaram a integrar o sistema educacional do País (BRASIL, 1971).

Entretanto, no contexto do desenvolvimento socioeconômico das décadas de 60 e 70, a enfermagem se desenvolveu sob a influência da reforma do ensino médio e da reforma universitária, as quais propiciaram a revisão do currículo mínimo dos cursos, paralelamente à expansão dos cursos técnicos de enfermagem e a fixação dos currículos de enfermagem de primeiro e segundo grau (OLIVEIRA, 1979).

O Parecer CFE n.163/72 reformulou o currículo mínimo da enfermagem. Este parecer enfatizava a necessidade do enfermeiro dominar cada vez mais as técnicas avançadas em saúde, em razão da evolução científica, uma vez que a profissão médica passara a necessitar de uma enfermagem especializada para juntas atuarem na assistência curativa. Este mesmo Parecer, também criou as habilitações em

Saúde Pública, Enfermagem Médico-cirúrgica e Obstetrícia, para serem cursadas de forma optativa (GERMANO, 1985).

A partir de 1970, ocorreu um aumento do número de escolas de enfermagem de nível superior e médio. Existiam no Brasil em 1983, 81 cursos de graduação em enfermagem, 115 cursos de técnico de enfermagem e 145 cursos de auxiliares (ABEn, 1985). De acordo com um levantamento feito pela ABEn/COFEN (ABEn, 1985), no Brasil, em 1983, dos técnicos de enfermagem, 74,1% havia completado o curso regular de técnico de enfermagem e 24,3% tinha sido submetido à exame de suplência.

Posteriormente, o Conselho Federal de Educação suspendeu o exame de suplência para os profissionais de nível técnico, a pedido do COFEN, alegando-se o grau de risco do paciente e o grau de complexidade de suas atribuições. Quanto aos auxiliares, 78% tinha concluído o curso regular e 15,9% fez o exame de suplência. Sendo que existia 43.000 atendentes, trabalhando na área da saúde, sem preparo formal para esta atuação. Outro agravante é que, 65,5% do total de atendentes de enfermagem não recebia ou recebia raramente treinamento em serviço (ABEn, 1985).

O exercício da enfermagem foi regulamentado em 1986, através da Lei 7498/86. Esta Lei dispôs sobre o exercício profissional da enfermagem estipulando que a mesma passaria a ser exercida privativamente pelo enfermeiro, pelo técnico e auxiliar de enfermagem, e pela parteira, respeitando-se os respectivos graus de habilitação (ABEn, 1987). Além de determinar a exclusão do atendente do quadro de enfermagem, teve ainda um prazo para se regularizar na profissão, podendo optar em seguir uma das categorias supracitadas. Em 1987, o Decreto Lei nº 94406/87 veio regulamentar a referida lei (ABEn, 1987).

2.1.2 O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM (PROFAE) E O CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE: ENFERMAGEM (CEFPEPE).

A formação profissional dos trabalhadores de enfermagem, principalmente de nível técnico tem sido objeto de várias iniciativas assumidas pelo Estado com intuito de prepararem melhor estes profissionais.

O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE foi um dos programas implantados a fim de capacitar os profissionais para prestar uma melhor assistência à saúde. Ele surgiu em um cenário caracterizado pela atuação de profissionais nos serviços de saúde sem habilitação técnica profissional necessária para o exercício de atividades próprias da enfermagem, bem como pela a quantidade expressiva de trabalhadores prestando assistência de enfermagem sem escolaridade básica e de baixa renda, impedindo ou dificultando o acesso aos cursos de formação profissional ofertados pelo mercado educativo (BRASIL, 2002).

O Ministério da Saúde preocupado com a qualidade dos serviços de saúde ofertados à população formulou e implantou este projeto nos anos de 2000 a 2003, com o apoio financeiro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, com o objetivo de atender às lutas pelo direito à assistência de enfermagem e promover a melhoria da qualidade da atenção à saúde, por meio da redução do déficit de pessoal dos auxiliares em enfermagem qualificado e do apoio e fortalecimento às instâncias de formação e desenvolvimento dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2002).

Ante a demanda de enfermeiros docentes e a necessidade de capacitá-los pedagogicamente para atuar na formação profissional surge o Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE), objetivando capacitar enfermeiros pedagogicamente, ajudando-os a desenvolver

uma prática reflexiva, superar as concepções tradicionais de ensino e contribuir para a formação de indivíduos autônomos, críticos e com responsabilidade social.

O CEFPEPE é um programa de pós-graduação *lato sensu* à distância criado em 2001 pela Coordenação do Programa de Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ –, em articulação com a Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde – SIS –, do Ministério da Saúde, com o propósito de preparar profissionais graduados e/ou licenciados em Enfermagem para atuarem na educação profissional na área da saúde, capacitando o enfermeiro para atuar como docente na formação de atendentes e auxiliares de enfermagem pelo Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE, em todo o Brasil (BRASIL, 2002).

2.1.3 EDUCAÇÃO E ENFERMAGEM - O ENFERMEIRO ENQUANTO DOCENTE DE CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Diante das responsabilidades dos profissionais auxiliares e técnicos de enfermagem na assistência à saúde, percebeu-se a necessidade de que os cursos fossem ministrados por profissionais docentes, ou melhor, enfermeiros-docentes com competência técnica, domínio do conteúdo e conhecimento da prática didático-pedagógica. Em 1968 foi estabelecida a licenciatura ou formação pedagógica como requisito para os enfermeiros docentes do ensino profissionalizante de enfermagem (SECAF, 1987).

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (...) Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”. (Freire, 1996:25-6)

Os enfermeiros estão sempre se deparando com situações relacionadas ao processo de ensino, em vários momentos, seja realizando capacitação para sua equipe, promovendo educação em saúde para os clientes, bem como atuando diretamente no ensino, formando futuros profissionais da saúde. Porém, muitos enfermeiros docentes não estão preparados para lidar com a docência. A educação

durante o bacharelado em enfermagem está voltada para as atividades assistenciais de caráter curativo, preparando o aluno para o cuidado das tarefas diretas ao paciente, isso faz com que os enfermeiros tenham dificuldades com a docência do ensino profissionalizante em enfermagem (SILVEIRA e CORRÊA).

Nota-se no cenário atual, que os enfermeiros estão concluindo sua formação e ministrando aulas em curso profissionalizantes sem conhecimento específico e aprofundado das práticas educativas. Poucos possuem título de Licenciatura, Formação Pedagógica ou Docência para Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde. A grande maioria dos cursos de graduação em enfermagem não fornece em seu currículo conhecimentos suficientes da didática e da pedagogia necessários para o exercício da educação. Esses conhecimentos são fundamentais no que diz respeito às competências do docente para que se formem profissionais de nível médio capacitados a atender as necessidades diárias decorrentes de suas funções (VALENTE; VIANA, 2006).

Estudo realizado por Duarte (2001) no município do Rio de Janeiro revela que devido a ausência de contrato de trabalho, má remuneração e incompatibilidade com o nível de expectativa e experiência profissional, poucos são os Licenciados em Enfermagem nas escolas e cursos que habilitam técnico e auxiliar de enfermagem. As vagas no mercado de trabalho de ensino médio eram ocupadas por enfermeiros sem a devida formação pedagógica e outras categorias profissionais sem licenciatura.

A Portaria Ministerial nº13, do Ministério de Educação e Cultura, de 10 de janeiro de 1969, publicada no Diário Oficial da União, instituiu a licenciatura em enfermagem para a formação pedagógica do enfermeiro e o direito ao registro definitivo como professor das disciplina e atividades relacionadas à enfermagem (curso técnico e auxiliar de enfermagem), higiene e dos programa de saúde em nível fundamental e médio, anteriormente à portaria o diploma de enfermeiro seria suficiente para o exercício do magistério (BASSINELO, 2002).

Partindo deste pressuposto, fica evidente que o educador tem um papel fundamental na formação de profissionais. Ele deve propiciar um ambiente que favoreça a

aprendizagem do aluno e tratá-lo como sujeito do seu próprio conhecimento (BRASIL, 2002).

“o ensino necessita de sujeitos educadores que reconheçam que educar é criar as possibilidades para a produção ou construção de conhecimentos, que educar envolve não só a aprendizagem dos conteúdos, mas também a formação ética dos educandos e, que estas se encontram inseparáveis. Necessita de sujeitos educadores que se percebam e percebam os educandos como sujeitos no processo histórico e, dessa forma, no processo educativo”. (Freire, 1996)

A pedagogia supõe uma prática educativa que fundamente a teoria, a qual por sua vez sustenta a atividade prática do ato de educar. O educador é aquele que se exercita continuamente nesse processo de busca e de sistematização teórico-prática. Neste sentido, o educador de profissionais tem uma atitude aberta, não dogmática, de aproximação teórico-prática do educando, pois a ação educativa nunca está plenamente dada (BRASIL, 2002)

De acordo com o Parecer 16/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, o educador precisa formar um profissional capaz de: lidar com situações esperadas e inesperadas, previsíveis e imprevisíveis, rotineiras e inusitadas; responder aos novos desafios propostos diariamente ao cidadão trabalhador, de modo original e criativo, de forma inovadora, imaginativa, empreendedora, de forma eficiente no processo e eficaz nos resultados; que demonstre senso de responsabilidade, espírito crítico, auto-estima compatível, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações; que tenha capacidade de autogerenciamento com autonomia e disposição empreendedora, honestidade e integridade ética (BRASIL, 1999).

O docente de curso técnico de enfermagem, para atender as exigências impostas pela sociedade atual precisa formar profissionais capazes de atuarem no mercado de trabalho e ser agente transformador da realidade, deve ser o responsável por construir o conhecimento junto com os alunos, precisa possuir uma boa relação com

os mesmos, bem como autonomia, criatividade, responsabilidade e saber conduzir os saberes científicos com base nos conhecimento prévios dos educandos.

Assim, uma prática pedagógica transformadora, mostra-se como um grande elemento de transformação do educando em um sujeito mais ativo, autônomo, reflexivo e capaz de questionar e transformar a realidade.

3 MÉTODO

O estudo apresentado é do tipo descritivo, exploratório com abordagem quantitativa, realizado em uma Escola Técnica de Enfermagem na cidade de Almenara-MG, no período de outubro a dezembro de 2011.

A pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato (GIL, 1999). Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas. Segundo o mesmo autor, a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A abordagem quantitativa diferencia-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (RICHARDSON 1999).

A população considerada foi de 07 docentes que ministram aulas no Curso Técnico de Enfermagem de uma Escola Técnica da cidade de Almenara/MG, sendo a amostra constituída de 05 docentes que aceitaram participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO B).

O instrumento aqui utilizado para coleta de dados foi um questionário semi-estruturado elaborado pela coordenadora do CEFPEPE e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (ANEXO A).

Minayo (2004) considera que o questionário semi-estruturado combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

A coleta de dados foi realizada mediante solicitação prévia de autorização da diretora da Instituição e apresentação do projeto de pesquisa e dos objetivos em questão, para possível entrevista com os professores. Após autorização, os docentes foram orientados quanto ao projeto de pesquisa e suas bases legais, conforme a legislação de pesquisa em seres humanos.

Os dados coletados foram tratados estatisticamente, computados e analisados e os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, e discutidos à luz da literatura específica.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

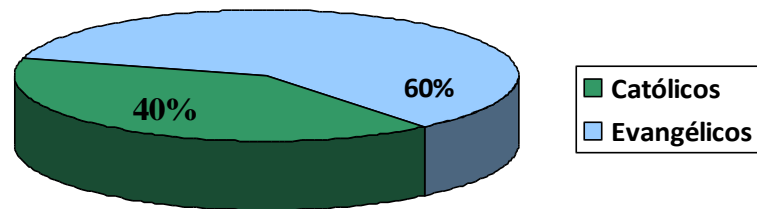
Através do questionário realizado, apesar do número pequeno da amostragem, foi possível chegar aos seguintes resultados. O questionário foi respondido por cinco docentes (100%) considerada a amostra do estudo. Sendo, 02 (40%) do sexo masculino e 03 (60%) do sexo feminino.

Percebe-se através deste e outros estudos, que as atividades relacionadas à saúde e à docência normalmente são exercidas por mulheres e decorre de um contexto histórico. Considera-se como traço estrutural das atividades do setor serviços de saúde, a preponderância da força de trabalho feminina nas atividades que envolvem o trato e o cuidado com as pessoas (GIRARDI 1999)

Santos (1973), em seu estudo sobre a profissão de enfermagem estabeleceu um paralelo entre o magistério primário e a enfermagem por serem ambos papéis femininos e que se assemelhavam em muitos aspectos como: preservação do papel doméstico na mulher, salários semelhantes, subordinação aos papéis masculinos e número de horas de trabalho que permitiam que seus ocupantes conciliassem o trabalho doméstico e ambas as categorias a favor da maior profissionalização da mulher e participação feminina no mercado de trabalho.

O GRÁF. 1 mostra a distribuição do percentual dos entrevistados segundo a opção religiosa.

GRÁFICO 1- Distribuição do Percentual de docentes respondentes segundo religiosidade. Almenara, 2011

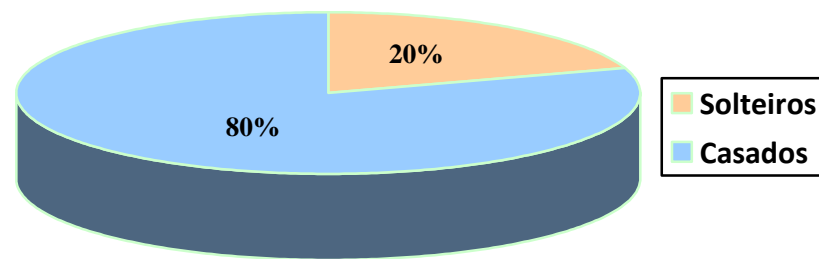


Fonte: Escola Técnica de enfermagem da cidade de Almenara MG, 2011.

Nota-se que a maior parte dos docentes (60%) pertence à religião evangélica, apesar de todos possuírem uma crença religiosa. Esta situação pode ser entendida pelo avanço expressivo do protestantismo no país. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população evangélica brasileira cresceu quase sete vezes, passando de 2,6% para 15,4%, o que representa mais de 26 milhões de pessoas. Este estudo também mostrou uma expressiva redução de católicos apostólicos romanos de 95% para 73,6% da população no período 1940/2000. (IBGE, 2007)

Quanto ao estado civil dos docentes obteve-se o percentual de 20% de solteiros e 80% de casados conforme consta no GRÁF. 2.

GRÁFICO 2 - Distribuição do Percentual de docentes entrevistados segundo Estado civil. Almenara,2011.



Fonte: Escola Técnica de enfermagem da cidade de Almenara MG, 2011

Após a análise destes dados, nota-se o aumento de docentes casados, em sua maioria enfermeiros e é possível notar uma variação em relação a outros estudos, como os do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil de 1956-1958, onde do total de 2012 enfermeiros existentes 64% eram solteiros, 26,4% casados, 2,4% viúvos e 5,0% religiosas. No relatório COFEN/ABEn de 1982/1983 do total da população de enfermeiros estudados 45,7% eram solteiros, 47,7% casados, 2,0% viúvos e 4,4% separados havendo portanto um aumento da proporção de casados.

A seguir, observa-se na TAB.1 a distribuição da amostra estudada segundo a idade.

TABELA 1

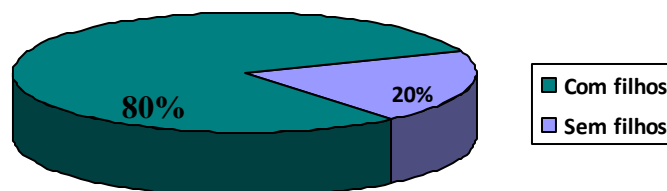
Distribuição do percentual de docentes do Curso Técnico de Enfermagem, segundo a idade. Almenara. 2011.

Idade (Em anos)	Frequência	%
20-25	01	20%
26-30	03	60%
31-35	01	20%
Total	05	100%

Verifica-se na tabela acima que há maior concentração de docentes na faixa etária de 26-30 anos, totalizando 60%. Observa-se, que todos os docentes são adultos jovens, e que a docência deixou de ser um tabu entre os mesmos, tornando muitas vezes uma alternativa para muitos que concluem a graduação e não conseguem emplacar no mercado de trabalho.

O percentual relativo ao número de filhos dos docentes estão registradas no GRAF.3.

GRÁFICO 3 - Distribuição do Percentual de docentes, segundo número de filhos. Almenara, 2011.



Fonte: Escola Técnica de enfermagem da cidade de Almenara MG, 2011

Foi possível perceber aés do GRAF.3 que 80% dos docentes possuem de 01 a 03 filhos e 20% não possuem filhos.

Esta situação pode ser entendida pelo fato da mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, o que justifica a redução da taxa de fecundidade, como mostra este estudo, a maioria dos respondentes possui de 01 a 03 filhos. Acredita-se, assim, que com menos filhos as mulheres possam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora, desenvolvendo melhor as novas funções que o mercado de trabalho lhes oferece.

A TAB. 2 apresenta a distribuição da relação dos bens e recursos dos docentes.

TABELA 2

Relação dos bens e recursos dos docentes do Curso Técnico de Enfermagem de Almenara, 2011.

RECURSOS/BENS	Nº	%
Residência própria	01	20
Residência alugada	04	80
Telefone fixo	02	40
Telefone celular	05	100
Computador	05	100
Acesso à internet	05	100
Televisão	05	100
Assinatura de jornais	02	40

Verifica-se que a maioria (80%) dos entrevistados possui residência alugada. Todos possuem telefone celular, computador, acesso à internet e televisão. Apenas 40% possuem assinatura de jornais e revista. O motivo da maioria dos entrevistados

possuírem residência alugada pode ser entendido pela instabilidade financeira dos mesmos, todos entrevistados são jovens que buscam primeiro a consolidação na carreira profissional e pessoal para depois adquirir o lar próprio.

No que diz respeito aos outros recursos e bens citados pelos entrevistados, fica evidente que estes, são ferramentas essenciais e indispensáveis para atender as necessidades do mundo globalizado, facilitando a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento da profissão.

O percentual do nível de escolaridade dos docentes e a formação profissional dos mesmos estão apresentados na TAB. 3.

TABELA 3

Distribuição do Percentual de docentes segundo o nível de Escolaridade.
Almenara, 2011.

Escolaridade/Formação	Nº	%
Profissional		
Nível fundamental regular	05	100
Nível médio regular	05	100
Nível Técnico	02	40
Graduação em Instituição Privada	05	100

Percebe-se pelos resultados que todos os docentes cursaram o ensino fundamental e médio de forma regular e se graduaram em instituição privada. O fato de todos os docentes terem cursado a graduação em instituição privada, pode ser entendido pelo expressivo número de instituições privadas no País. Um dos estudos realizados na década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no

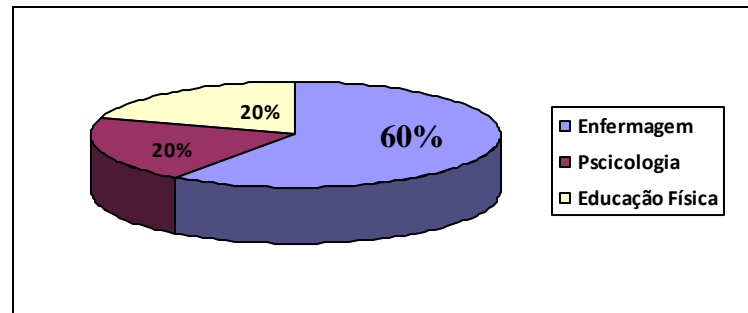
setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que frequentam a instituição privada (CARDOSO; SAMPAIO, 1994). Percebe-se que, se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior advindos das camadas de renda intermediária, nota-se que as pessoas menos favorecidas não possuem igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2008, o setor privado responde pela maior parte de matriculados em cursos superiores no Brasil. Em 2008, havia 5.080.056 alunos matriculados em curso superiores, sendo que 74,9% estavam em cursos particulares, enquanto 25,1% estudavam em instituições públicas. O estudo mostrou que das 2.252 instituições de ensino superior em funcionamento no País no ano de 2007, 90% eram particulares e 10% públicas, incluindo universidades federais, municipais e estaduais.

Com relação à formação técnica dos entrevistados, pode-se perceber que apenas 40% possuem curso técnico. A formação técnica pode ser justificada pela falta de condições financeiras para cursar o ensino superior, podendo ser vista como uma oportunidade para custear futuramente um curso em universidade privada.

No GRAF.4 está registrada a distribuição do percentual dos entrevistados segundo a graduação realizada.

GRÁFICO 4 - Distribuição do Percentual de docentes, segundo a graduação cursada. Almenara, 2011.



Fonte: Escola Técnica de enfermagem da cidade de Almenara MG, 2011

Dos (5-100%) dos entrevistados, (3-60%) eram graduados em enfermagem e (2-40%) eram graduados em educação física e psicologia.

A TAB. 4 apresenta o ano de formatura dos docentes.

TABELA 4

Distribuição do Percentual de docentes segundo o ano de formatura. Almenara, 2011.

Ano de Formatura	Nº	%
2006	01	20
2007	01	20
2008	01	20
2009	02	40

Através do estudo é possível notar que os docentes se formaram entre os anos de 2006 a 2009. Observa-se que todos os entrevistados encontram-se em fase de iniciação da vida profissional. O enfermeiro tem iniciado sua carreira docente sem ter preparo inicial didático e pedagógico, portanto, sem as competências necessárias para atuar em sala de aula no curso profissionalizante (JÚNIOR 2008).

Vale ressaltar que (2-40%) já atuam na sua área de formação e optam por dedicar parte de seu tempo ao ensino ou como forma de realizar outra atividade ou como complemento de renda.

Comparando-se estes resultados com os resultados obtidos por Bassinello (2002), ao analisar o tempo de exercício profissional e tempo de docência em enfermagem dos docentes de nível médio profissionalizante na Região de Piracicaba, é possível notar uma variação no que concerne ao tempo de formação profissional. De acordo com Bassinello (2002), em relação ao tempo de formação profissional 69,1% dos enfermeiros participantes de uma pesquisa desenvolvida por ele, encontravam-se consolidando sua vida profissional, isto é possuíam de 10 a 24 anos de formados enquanto que 16% encontravam-se na fase de afirmação no mercado de trabalho; 13,6% iniciando sua vida profissional e 1,2% paralisando suas atividades profissionais e nenhum dos participantes encontrava-se paralisando a vida profissional.

A TAB.5 apresenta o percentual de docentes que realizaram cursos de Pós-Graduação.

TABELA 5

Distribuição dos docentes em relação à realização de cursos de Pós Graduação. Almenara, 2011.

Curso de Pós Graduação	Latu Nº	%
Sensu		
Especialização concluída	03	60
Especialização em andamento	01	20
Não cursou	01	20

Com relação aos cursos de Pós Graduação realizados pelos docentes, 60% possui especialização concluída, 20% estão cursando a especialização e 20% não

cursaram e nem cursam pós graduação. Os docentes relataram serem especializados em: Urgência e Emergência, Gestão em Saúde Pública com ênfase em PSF, Enfermagem do Trabalho e Gestão em Saúde Mental.

Verifica-se que nenhum dos entrevistados possui especialização na área da educação, mas percebe-se pelos resultados, que a maioria dos docentes, participante deste estudo, investe na sua capacitação, o que demonstra um esforço em se qualificarem para atuar no ensino profissionalizante na enfermagem.

O estudo possibilitou a análise das experiências profissionais dos docentes entrevistados, no momento atual e no passado. Verifica-se que na área de serviço da saúde, (20%) dos docentes afirmam estar atuando em clínica especializada, e (20%) trabalhando na atenção básica e 60% dos docentes declarou não atuar em serviços de saúde. A maioria de 60% dos docentes entrevistados declarou também já ter atuado na atenção básica de saúde.

No que diz respeito à área de instituição de ensino, 80% dos entrevistados declarou estar atuando como docente em nível médio e 20% dos entrevistados como docente em nível médio e também em nível superior. Os entrevistados não relataram no instrumento de pesquisa se já atuaram como docentes em outras instituições de ensino anteriormente.

O questionário permitiu a análise do deslocamento dos docentes para ir da residência ao trabalho e à Escola Técnica de Enfermagem. Observa-se que todos os docentes residem na cidade de Almenara-MG, trabalham no próprio município e ministram aulas na Escola Técnica de Enfermagem localizada no município supracitado.

Quanto à experiência profissional dos docentes, a maioria (80%) dos entrevistados relatou já ter trabalhado em vários setores dos serviços de saúde como Secretaria Municipal de Saúde, Centro Viva Vida, Hospitais. Os outros 20% nada declararam.

No que diz respeito ao vínculo empregatício, os 100% dos docentes informaram serem servidores de empresa privada- CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Além deste vínculo, 40% afirmaram serem também servidores públicos contratados e profissionais autônomos e somente 20% servidores públicos efetivos.

A jornada de trabalho dos docentes entrevistados está apresentada na TAB. 6.

TABELA 6

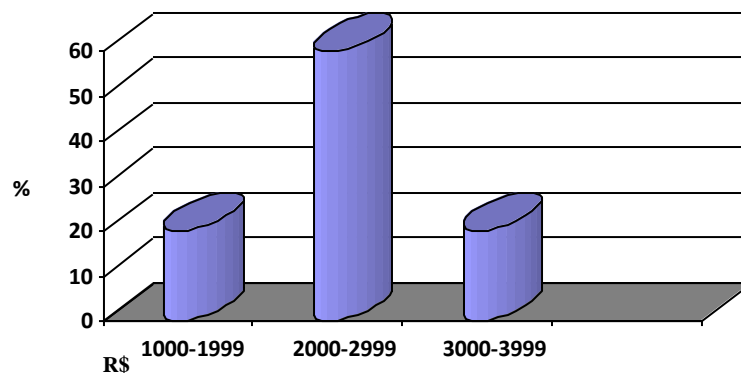
Distribuição do Percentual de docentes segundo jornada de trabalho semanal. Almenara, 2011.

Jornada de Trabalho	Nº	%
04 horas semanais	01	20
24 horas semanais	02	40
40 horas semanais	01	20
44 horas semanais	01	2
Total	05	100

Verifica-se que os docentes entrevistados possuem uma jornada de trabalho semanal que varia entre 4 e 44 horas semanais. Alguns atuam apenas na docência e outros atuam tanto na docência como em serviços de saúde.

A renda mensal dos docentes está demonstrada no GRÁF. 5.

GRÁFICO 5 - Distribuição dos docentes segundo renda mensal em reais.



Fonte: Escola Técnica de enfermagem da cidade de Almenara MG, 2011

A renda mensal dos respondentes varia entre R\$ 1.000,00 a R\$3.300,00 reais. Verifica-se que a maioria (60%) dos entrevistados recebe entre R\$ 2000,00 a R\$ 2300,00. Para Nóvoa (1995) o salário dos professores é considerado uma espécie de "gratificação", admitindo, portanto, a dupla atividade. Através do estudo, é possível perceber que alguns entrevistados atuam tanto da docência quanto em serviços de saúde. Em um estudo realizado revelou que o maior percentual, aproximadamente 83%, de professores insatisfeitos, se deve a à questão salarial (MELLO, 1988).

O professor é vítima de um sistema perverso, onde perpetuam condições indignas de trabalho, com remunerações indizíveis (DEMO 1995).

No que concerne às disciplinas ministradas pelos entrevistados, pode-se observar que cada docente ministra disciplinas distintas. As disciplinas relatadas foram: Introdução à enfermagem, química, primeiros socorros, biossegurança, saúde pública, vigilância sanitária, enfermagem materno-infantil, farmacologia, enfermagem cirúrgica, ética, psicologia, sociologia, epidemiologia e microbiologia/parasitologia.

Quanto à característica das disciplinas ministradas, dois entrevistados relataram ser teórica e prática, um ministra apenas aula teórica e dois nada declararam.

Com relação à carga horária de docência semanal, um entrevistado relatou possuir 4 horas, outro docente declarou possuir aproximadamente 6 horas e três dos entrevistados não informaram a carga horária docente semanal.

Quanto ao tempo de docência, verifica-se que entre os entrevistados, três possuem apenas um ano de exercício, um possui dois anos e o outro docente possui 4 anos de docência. Percebe-se que todos os docentes possuem uma experiência profissional na área da educação inferior a cinco anos. Um estudo realizado por Möllendorff (2009) para avaliar o perfil dos docentes do curso técnico de enfermagem de uma instituição de Teófilo Otoni, demonstrou que a experiência profissional de aproximadamente 83,3% dos docentes, era inferior a três anos de trabalho como tal, enquanto que 16,6% destes excederam três anos de exercício.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão enfatizou o ensino profissionalizante em enfermagem e propiciou conhecer melhor os docentes de nível técnico da cidade de Almenara/MG.

Verificou-se que a maioria dos docentes é do sexo feminino, evangélicos, casados e possui de 01 a 03 filhos. Foi possível observar um expressivo contingente de profissionais com faixa etária entre 26 e 30 anos, formados entre 2006 e 2009, com experiência profissional docente inferior a 5 anos. Todos possuem acesso a informatização e outros recursos tecnológicos que são indispensáveis para atender as necessidades do mundo globalizado, o que facilita a aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento da profissão.

Os dados mostraram que a maioria dos docentes possui especializações na área da saúde, porém nenhum se especializou na área educacional. Portanto, percebe-se que os docentes estão atuando em escolas profissionalizantes, sem conhecimento específico e aprofundado das práticas pedagógicas, ou seja, sem preparo para exercer a docência. Neste caso utilizam-se no processo educacional, métodos próprios baseados na visão pessoal de cada um e de como foram educados, mantendo o método tradicional de ensino, o que contraria as diretrizes atuais da educação.

Considerando os resultados desse estudo e como aluna do CEFPEPE incentivo os docentes que atuam no curso Técnico de Enfermagem de Almenara/MG a buscarem a qualificação profissional na área pedagógica.

A capacitação dos profissionais enfermeiros em educação pedagógica se faz necessária para prepará-los pedagogicamente para atuação na docência, conforme as orientações das diretrizes atuais da educação, contribuindo assim para a melhoria da qualificação dos discentes do curso Técnico em Enfermagem.

Neste trabalho foi possível concluir que o docente de curso técnico de enfermagem inserido na área educacional ou que pretende exercer a docência, precisa se

especializar nesta área, assim como compreender a relevância e a responsabilidade dele na formação de profissionais de enfermagem.

6 REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, G. **Princípios fundamentais do currículo**. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE ENFERMAGEM, 1, Curitiba, 1966. Relatório Final. Curitiba: ABEn, 1966. p.10-21.
- ALMEIDA, M. C. P. ; ROCHA, J. S. Y. **O Saber da Enfermagem e sua Dimensão Prática**. São Paulo, Cortez Editora, 1986.
- ANGE, I. M. O ensino da Enfermagem no país em confronto com o Projeto de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Ano XII,n.3, p. 211 – 222, Setembro.1959.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **A nova lei do exercício profissional da enfermagem**. Brasília: ABEn, 1987. (Caderno de Legislação/Documentos).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Força de trabalho em enfermagem**. O exercício da Enfermagem nas instituições de saúde do Brasil 1982/1983. Brasília: ABEn/COFEn, 1985.v.1, p.1-236.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1958**. Brasília. 1980.
- Bartmann, Mercilda. Boletim técnico do SENAC. **Evolução histórica dos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem no contexto sociopolítico-econômico do Brasil** [Internet] [citado 2006 Ago 29]. Disponível em <<http://www.senac.br/BTS/233/boltec233c.htm>> Acesso em: 17 nov. 2011.
- BASSINELLO, Greicelene Aparecida Hespanhol **Perfil dos Professores de Ensino Médio Profissionalizante de Enfermagem na Região de Piracicaba**. Campinas/SP.2002.
- BAPTISTA, S.S.; BARREIRA, I.A. **A luta da enfermagem por um espaço na universidade**. Rio de Janeiro: URFJ, 1997. 193 p.
- BRASIL. **Decreto nº 20.109, de 15 de junho 1931**. Regula o exercício da Enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Atos do Governo Provisório, Rio de Janeiro, v. 2, p. 427, maio/ago. 1931. p. 427.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Decreto-lei n. 4.725 de 22 setembro de 1942**. Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros criada pelo decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=11810>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

BRASIL. Parecer nº 16/99. Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde/Fundação e Serviço de Saúde Pública. **Enfermagem. Legislação e assuntos correlatos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Artes Gráficas da FSESP, 1974a. v.1, p. 1 - 209 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde. **Formação Pedagógica em Educação Profissional na área de Saúde: enfermagem: guia do aluno**. Ed. Brasília, 2002; p. 69.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde. **Formação Pedagógica em Educação Profissional na área de Saúde: enfermagem: núcleo contextual: educação 1. 2**. Ed. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislação.action>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

BRASIL IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. 2008 e 2009. Disponível em <[http:// www.google.com.br](http://www.google.com.br)> acesso em 20 nov 2011.

Cardoso RCL, Sampaio H. **Estudantes universitários e o trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 1994; 26: 30-50.

CARVALHO, Amália Correa de. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926 1976**: Documentário. Brasília, Folha Carioca, 1976.

CARVALHO, Amália Correa de. **Orientação e Ensino de Estudantes De Enfermagem no Campo Clínico**. São Paulo, 1972, 126p. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99, aprovado em 05 de outubro de 1999. **Documenta**, Brasília, n. 457, p. 3-73, out. 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Homologado e publicado em Diário Oficial em 22/12/99

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM/SÃO PAULO. **Desenvolvimento da Educação em Enfermagem no Brasil (Século XIX)**. São Paulo, jul. 2005. Disponível em: <<http://corensp.org.br/072005>> acesso em 20 nov 2011.

COSTA, Lauriana Medeiros; GERMANO, Raimunda Medeiros. Estágio curricular supervisionado na Graduação em Enfermagem: revisitando a história. **Rev bras enferm**, Brasília, v.60, n.6, dez. 2007.

DANTAS, Rosana Aparecida Spadoti; AGUILLAR, Olga Maimoni. **O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira**. Ribeirão Preto/SP, 1997.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 270p.

DUARTE, Maria Jalma Rodrigues Santana. **Formação pedagógica do enfermeiro para o ensino de nível médio**. R. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 52 – 55, jan./abr. 2001.

FERNANDES, J. D. **O Ensino de Enfermagem e de Enfermagem Psiquiátrica no Brasil**. Salvador, 1975. Dissertação Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23ª ed. São Paulo, Paz e Terra. 1996. 148 p.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 3ª ed., 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, S. N. Aspectos do (s) mercado (s) de trabalho em saúde no Brasil: estrutura, dinâmica e conexões. In: SANTANA, J. P. ; CASTRO, J. L. (org.). **Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde**. Natal: EDUFRN, 1999. p. 125-50.

GUSSI, M. A. **Institucionalização da Psiquiatria e do ensino de Enfermagem no Brasil**. Ribeirão Preto, 1987. Escola de Enfermagem de Ribeirão preto da Universidade de São Paulo.

ITO, Elaine Emi; PERES, Aínda Maris; TAKAHASHI, Regina Toshie; LEITE, Maria Madalena Januário. **“O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade”**. In: Revista Escola de Enfermagem USP: v. 40 (4): 570-575. 2006.

JÚNIOR, Marcos Antonio Ferreira. **Os reflexos da formação inicial na atuação dos professores enfermeiros**. REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, BRASÍLIA, P.866-71, NOV./DEZ.2008.

LIMA, Maria José. **O que é enfermagem**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

MELLO, G.N. **Magistério de 10 grau: da competência técnica ao compromisso político**. 9. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988. 151p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004

MÖLLENDORFF, Rossana. **Perfil dos Docentes do Curso Técnico de Enfermagem de uma instituição de Teófilo Otoni – MG**. Teófilo Otoni, 2009.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.) **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1995. Cap. 1, p. 13-34.

OLIVEIRA, Maria Ivete Ribeiro de. **Enfermagem e estrutura social**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 31, Fortaleza, Agosto de 1979. **Anais**. Brasília: ABEn, 1979. p.9-26.

PAIVA, Mirian Santos et al. **Enfermagem brasileira: contribuição da ABEn**. Brasília, ABEn Nacional, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Célia Almeida Ferreira. **A enfermagem como profissão: estudo num hospital-escola**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.

SECAF, Victoria. **A licenciatura em enfermagem e a prática de ensino: uma revisão crítica de sua evolução na Universidade de São Paulo**. Tese de doutorado, p. 188, São Paulo, 1987.

SILVA, G. B. **Enfermagem Profissional: análise crítica**. São Paulo, Cortez Editora, 1986.

SILVEIRA, Renata; CORRÊA, Adriana Kátia. **Análise integrativa da literatura (1999-2003): ensino em educação profissional em enfermagem**. Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, p. 91-96, 2005.

VALENTE, G. S. C.; VIANA, L. O. A formação do enfermeiro para o ensino de nível médio em enfermagem: Uma questão de competência. **Revista Eletrônica Enfermeria Global**, n. 9, nov. 2006. □

ANEXO A

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS
Perfil do Professor de Curso Técnico de Enfermagem

1 – Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino						
2 – Religião	<input type="checkbox"/> Católico	<input type="checkbox"/> Espírita	<input type="checkbox"/> Evangélico	<input type="checkbox"/> Outros				
3 – Estado Civil:	<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Viúvo (a)				
4 – Idade:	<input type="checkbox"/> <20	<input type="checkbox"/> 20 – 25	<input type="checkbox"/> 26 – 30	<input type="checkbox"/> 31 – 35	<input type="checkbox"/> 35 – 40	<input type="checkbox"/> 41 – 45	<input type="checkbox"/> 46 – 50	<input type="checkbox"/> >50
5 – Número de Filhos:	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 1 a 3	<input type="checkbox"/> Mais de 3					
6 – Residência:	<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Cedida					
7 – Recursos na residência:	<input type="checkbox"/> Telefone Fixo	<input type="checkbox"/> Telefone Celular	<input type="checkbox"/> Computado	<input type="checkbox"/> Acesso à Internet	<input type="checkbox"/> Fax	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Assinatura de Jornais/Revistas	
8. Escolaridade								
8.1 nível fundamental-	<input type="checkbox"/> regular	<input type="checkbox"/> supletivo						
8.2 nível médio -	<input type="checkbox"/> regular	<input type="checkbox"/> supletivo						
9 – Formação Profissional:								
9.1 Nível Técnico:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Especifique:-----					
9.2 Graduação em Enfermagem:								
<input type="checkbox"/> Instituição Pública	Ano de Formatura: _____							
<input type="checkbox"/> Instituição Privada	Ano de Formatura: _____							
9.3 Outro curso de graduação:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Especifique					

<input type="checkbox"/> Concluído	<input type="checkbox"/> Em Andamento							

9.4 Pós-Graduação:

9.4.1 Especialização CEFPEPE (último módulo concluído): _____

9.4.2 Outra Especialização: [] Não [] Sim

9.4.3 Mestrado: [] Concluído [] Em Andamento
 [] Não [] Sim
 [] Concluído [] Em Andamento

9.4.5 Outros: Especifique: _____

10 - Marque no quadro abaixo as alternativas que expressam suas experiências profissionais no momento atual e no passado.

Por gentileza faça seus comentários dentro do quadro abaixo.

AREA	TIPO DE SERVIÇO	ATUAL	ESPECIFICAR FUNÇÃO	NO PASSADO	ESPECIFICAR FUNÇÃO
SERVIÇO DE SAÚDE	Hospital	[]	_____	[]	_____
	Clínica Especializada	[]	_____	[]	_____
	Atenção Básica	[]	_____	[]	_____
	Outros	[]	_____ _____ _____	[]	_____
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Nível Médio	[]	_____ _____	[]	_____
	Nível Superior	[]	_____ _____	[]	_____
	Outros	[]	_____ _____	[]	_____
OUTRAS ÁREAS ESPECIFICAR	1-	[]	_____ _____	[]	_____
	2-	[]	_____ _____	[]	_____

11 – Complete o quadro abaixo com o nome das cidades para informar sobre os seus deslocamentos para ir da residência ao trabalho e à Escola Técnica de Enfermagem.

Por gentileza faça seus comentários dentro do quadro abaixo.

RESIDENCIA	TRABALHO	ESCOLA TECNICA DE ENFERMAGEM

12. Experiência Profissional (onde já trabalhou):

13. Vinculo(s) Empregatício(s)/Emprego(s) Atual(is):

Servidor Publico Efetivo Servidor Publico Contratado Servidor Empresa Privada - CLT

Profissional Autônomo

Outros

Jornada De Trabalho

Semanal _____

Renda Mensal: Em salários mínimos _____ R\$

A atividade docente foi:

uma escolha profissional uma oportunidade profissional outros

Disciplina(s) Ministrada(s):

Característica(s) da(s) disciplina(s) ministrada(s) Teórica Prática

Carga Horária Docente Semanal: _____

Tempo de Exercício da docência: _____

OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO.

ANEXO B

Termo de consentimento livre e esclarecido

Nós, coordenadores e professores do Curso de Especialização de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE) estamos desenvolvendo a pesquisa “Análise da implementação do CEFPEPE, ofertado em 2008, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB/MEC/UFMG”.

O objetivo central deste estudo é avaliar a implantação e implementação da formação pedagógica dos enfermeiros, desenvolvida na modalidade de educação à distância (EAD) e realizada nos Pólos de atuação da UAB/MEC/UFMG. Compõem esta pesquisa, entre outros temas os seguintes:

- Perfil do aluno do CEFPEPE;
- Percepção do aluno do CEFPEPE sobre o curso à distancia;
- 3- Perfil e percepção do aluno do curso técnico em enfermagem;
- 4 - Perfil do tutor do CEFPEPE;
- 5- Perfil e percepção do professor de cursos técnico de enfermagem.

Estes temas constituíram também Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de alunos do CEFPEPE.

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que será desenvolvida após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMG. Embora não haja benefícios diretos para a sua participação nesta pesquisa, ela oferecerá a você a oportunidade contribuir com a produção do conhecimento científico em enfermagem.

Sua participação nesta pesquisa implicará em responder os questionários que lhe serão apresentados por membros da pesquisa. Todas as informações obtidas de você permanecerão confidenciais. Sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária e sua decisão de não participar não terá qualquer implicação para você. Todos os procedimentos da pesquisa não trarão qualquer risco a sua vida ou a sua saúde.

Caso você tenha ainda alguma outra dúvida em relação à pesquisa, ou quiser desistir em qualquer momento, poderá comunicar-se pelo telefone abaixo.

Coordenador do Projeto: Zídia Rocha Magalhães

Fone (31)2555-3429 / (31) 3409-9170 E-mail: zidia@ufmg.br.

COEP-UFMG: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005 – CEP: 31.270-901 – BH-MG – Telefax (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br .

Eu, _____, fui esclarecido(a) sobre a pesquisa: “Análise da implementação do CEFPEPE, ofertado em 2008, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB-MEC/UFMG” e concordo em participar da mesma respondendo o questionário a mim enviado

_____, _____ de _____ de 2011.

Assinatura: _____ RG: _____